

ÍNDICE

<i>Apresentação da 8ª edição</i>	XXXI
<i>Apresentação da 7ª edição</i>	XXXIII
<i>Apresentação da 6ª edição</i>	XXXV
<i>Apresentação da 5ª edição</i>	XXXVII
<i>Apresentação da 4ª edição</i>	XXXIX
<i>Apresentação da 3ª edição</i>	XLI

Parte I

DO DIREITO MATERIAL

Capítulo I — DIREITOS MATERIAIS DIFUSOS	3
1. Introdução	3
2. Direitos difusos	5
2.1. Transindividualidade	6
2.2. Indivisibilidade	6
2.3. Titulares indeterminados e interligados por circunstâncias de fato	6
3. Direitos coletivos <i>stricto sensu</i>	9
3.1. Transindividualidade e determinabilidade dos titulares	9
3.2. Indivisibilidade do objeto	10
4. Direitos individuais homogêneos	10
4.1. Critério de distinção dos direitos	11
Capítulo II — POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	12
A) <i>Introdução</i>	12
1. Noções propedêuticas	12
	IX

2. Visão antropocêntrica do direito constitucional ambiental	16
2.1. A pessoa humana como destinatária do direito ambiental	16
2.2. A vida em todas as suas formas como destinatária do direito ambiental	19
3. Definição legal de meio ambiente	20
4. Classificação do meio ambiente	21
4.1. Meio ambiente natural	22
4.2. Meio ambiente artificial	23
4.3. Meio ambiente cultural	23
4.4. Meio ambiente do trabalho	24
4.5. O patrimônio genético	25
4.5.1. O patrimônio genético (art. 225, § 1º, II e V) como direito tutelado pelo art. 5º, XXXV, da Constituição Federal	25
4.5.2. O patrimônio genético da pessoa humana (arts. 5º e 225, § 1º, II e V) como direito tutelado pelo art. 5º, XXXV, da Constituição Federal: a tutela jurídica do ADN e do ARN	27
<i>B) Princípios do direito ambiental na Constituição Federal de 1988 ...</i>	28
1. Noções preliminares	28
2. Princípio do desenvolvimento sustentável	29
3. Princípio do poluidor-pagador	32
3.1. Responsabilidade civil objetiva	33
3.2. Prioridade da reparação específica do dano ambiental	35
3.3. Poluidor	36
3.4. Dano ambiental	39
3.5. O dano e suas classificações	40
3.6. Solidariedade para suportar os danos causados ao meio ambiente	42
4. Princípio da prevenção	42
5. Princípio da participação	44
5.1. Informação ambiental	45
5.2. Educação ambiental	46
5.3. Política Nacional de Educação Ambiental	47

6. Princípio da ubiqüidade	48
<i>C) Responsabilidade pelos danos causados ao meio ambiente</i>	<i>49</i>
1. Introdução	49
1.1. Inexistência de <i>bis in idem</i>	50
2. Responsabilidade civil	50
3. Responsabilidade administrativa	51
3.1. Fundamentos constitucionais da responsabilidade administrativa em matéria ambiental. Poder de polícia em matéria ambiental	51
3.2. Regime da responsabilidade administrativa em face de condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente. Responsabilidade objetiva. Cláusula <i>due process</i>	55
3.3. Sanções administrativas no âmbito infraconstitucional. A Lei n. 9.605/98, o conceito de infração administrativa ambiental e o destino dos valores arrecadados em pagamento de multas	57
4. Responsabilidade penal pelos danos causados ao meio ambiente ..	58
4.1. A distinção entre o ilícito civil e o ilícito penal	58
4.2. Tutela penal do meio ambiente	59
4.3. Responsabilidade penal da pessoa jurídica	59
Capítulo III — BENS AMBIENTAIS	61
1. Introdução	61
2. Classificação dos bens quanto à titularidade: bem público e bem particular	61
2.1. A dicotomia entre o bem público e o bem privado	62
3. A distinção entre os bens públicos e os bens difusos	64
4. Os bens ambientais	66
4.1. Bem de uso comum do povo	67
4.2. Bem essencial à sadia qualidade de vida	67
5. Piso vital mínimo	67
6. Os bens ambientais atribuídos a entes federados	68
7. A natureza jurídica do bem ambiental e o direito de propriedade ...	69

Capítulo IV — COMPETÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL	77
1. Noções propedêuticas	77
2. Competências constitucionais em matéria ambiental	77
2.1. País e forma de Estado	77
2.2. Estado Democrático de Direito	78
2.3. Território e forma de Estado	78
2.4. Federalismo	78
2.5. Soberania e autonomia	79
3. Critério de repartição de competências: predominância do interesse	79
4. Classificação das competências	80
4.1. Competência legislativa	80
4.2. Competência material	81
5. O Município e a sua importância fundamental e preponderante na tutela da sadia qualidade de vida	82

Capítulo V — LICENCIAMENTO AMBIENTAL E ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL	84
1. Licenciamento ambiental e licença administrativa	84
2. Natureza jurídica do licenciamento ambiental	85
3. Licenciamento ambiental: a sua discricionariedade	85
4. Procedimento administrativo	86
4.1. Etapas do licenciamento	87
4.1.1. Licença prévia	87
4.1.2. Licença de instalação	87
4.1.3. Licença de operação	88
5. Estudo prévio de impacto ambiental (EIA/RIMA)	88
5.1. RIMA — relatório de impacto ambiental	89
5.2. A disciplina constitucional do estudo de impacto ambiental ..	90
5.3. Equipe multidisciplinar	91
5.4. RAIAS — relatório de impacto ambiental	92
5.5. Responsabilidade civil	93

5.6. Exigência do EIA/RIMA: ato vinculado ou discricionário? ...	94
6. Competência para o licenciamento	95
7. A incidência do EIA/RIMA em todos os aspectos do meio ambiente	96
8. Audiência pública	96
8.1. Obrigatoriedade	96
8.2. Local da audiência pública	96
8.3. Momento do requerimento	96
8.4. Função da audiência pública	97
9. Direito de o empreendedor desenvolver sua atividade em face de EIA/RIMA favorável no âmbito do Direito Ambiental Brasileiro	97

Capítulo VI — ZONEAMENTO AMBIENTAL E ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS

1. Princípio do desenvolvimento sustentável	100
2. Espaços ambientais	100
2.1. Espaços territoriais especialmente protegidos	101
2.1.1. Unidades de conservação: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável	101
2.2. Zoneamento ambiental	103
2.2.1. Classificações do zoneamento ambiental	104
2.2.1.1. Zoneamento para pesquisas ecológicas	104
2.2.1.2. Zoneamento em áreas de proteção ambiental (APAs)	104
2.2.1.3. Zoneamento nos parques públicos	104

Capítulo VII — FLORA E ASPECTOS DE DEFESA

1. Conceito e características	105
2. Competência constitucional	105
3. O Código Florestal como norma geral	106
4. Natureza jurídica das florestas	106
4.1. Classificações	107
4.1.1. Quanto à preservação	107

4.1.2. Quanto à variabilidade das espécies	108
4.1.3. Quanto ao tipo de reposição florestal	108
4.1.4. Quanto ao primitivismo	109
4.1.5. Quanto à exploração	109
5. Floresta Nacional	110
6. Natureza jurídica das florestas, sua gestão na ordem econômica capitalista e a Lei n. 11.284/2006	111
6.1. Natureza jurídica das florestas e seu uso sustentável	111
6.2. Gestão de florestas em face da Lei n. 11.284/2006 e a produção sustentável	116
6.3. Produção sustentável no âmbito da Lei n. 11.284/2006 e a exigência de estudo prévio de impacto ambiental	118
6.4. Auditorias florestais em proveito da defesa das florestas como bens ambientais	118
6.5. Recursos financeiros oriundos dos preços da concessão florestal e o objetivo de garantir o desenvolvimento nacional e reduzir as desigualdades sociais e regionais	119
Capítulo VIII — FAUNA E ASPECTOS DE DEFESA.....	121
1. Introdução	121
2. Conceito e generalidades	122
3. Classificações quanto ao hábitat	123
4. Natureza jurídica da fauna	124
5. A fauna como bem ambiental	124
6. Finalidades da fauna	125
6.1. Função ecológica	125
6.2. Função ecológica e a introdução de espécies exóticas	126
6.3. A reintrodução de espécies e a função ecológica	126
6.4. Finalidade científica	126
6.5. Finalidade recreativa	127
6.6. Finalidade cultural	128
6.6.1. O conceito de crueldade	129
6.6.2. Farra do boi, rodeios e práticas religiosas	130
7. A fauna e a caça	131
7.1. Caça profissional	131

7.2. Caça de controle	132
7.3. Caça de subsistência	133
7.4. Caça científica	133
7.5. Caça amadorista	134
8. Rodeios de animais e a Lei n. 10.519/2002	135
9. Manifestações culturais, fauna e direito ambiental	138
Capítulo IX — RECURSOS HÍDRICOS	142
1. Introdução	142
2. Classificação	142
2.1. Quanto à sua localização com relação ao solo	142
2.2. Quanto ao uso predominante (conforme Resolução Conama n. 20/86)	142
3. Competência legislativa	143
4. Competência material	144
5. Poluição da água	144
6. O meio marinho e sua proteção	145
7. A proteção das águas doces	146
8. Poluição causada por lançamento de óleo em águas sob jurisdição nacional	146
9. Águas no novo Código Civil (Lei n. 10.406/2002)	148
Capítulo X — POLUIÇÃO SONORA	161
1. Conceito de som e ruído	161
2. Natureza jurídica do ruído	161
3. Efeitos do ruído	162
4. Avaliação da poluição sonora e a Resolução Conama n. 1/90	163
5. Classificação do ruído	164
5.1. Quanto ao aspecto temporal	164
5.2. Quanto ao aspecto do meio ambiente afetado	164
5.2.1. Meio ambiente urbano	164
5.2.1.1. Cultos religiosos	165
5.2.1.2. Bares e casas noturnas	167

5.2.1.3. Aeroportos	167
5.2.1.4. Indústrias	168
5.2.1.5. Veículos automotores	169
5.2.2. Meio ambiente doméstico	170
5.2.2.1. Eletrodomésticos	170
5.2.3. Meio ambiente do trabalho	172
5.2.4. Meio ambiente rural	173
6. Instrumentos ambientais de prevenção à poluição sonora	173
7. Alguns aspectos penais acerca da poluição sonora	173

Capítulo XI — POLUIÇÃO VISUAL

1. Introdução	177
2. Conceito de poluição visual	177
3. Princípio do desenvolvimento sustentável	178
4. A estética urbana	180
5. Limitações ao uso da propriedade por conta da proteção da estética	181
5.1. Fachada	181
5.2. Bairros e cidades tombados	182
6. Limitações de expressão em relação à forma e conteúdo por conta da proteção estética	183
6.1. Publicidade	183
6.2. A Lei dos Crimes Ambientais — Lei n. 9.605/98	185
6.3. Código de Trânsito Brasileiro — Lei n. 9.503/97	185
6.4. Propaganda eleitoral — Lei n. 9.504/97 modificada pela Lei n. 11.300/2006	185
7. Paisagem urbana e sua tutela em face do direito ambiental	186

Capítulo XII — POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA

1. Introdução	191
2. Fenômenos da poluição atmosférica	191
2.1. <i>Smog</i>	191
2.2. Efeito estufa	191
2.3. Chuvas ácidas	192

3. Principais agentes causadores da poluição atmosférica	192
4. Tutela jurídica	192
5. Emissão de poluentes por veículos automotores e medidas preventivas de tutela jurídica em face da poluição atmosférica — o <i>rodízio</i> de veículos automotores	193
Capítulo XIII — POLUIÇÃO POR RESÍDUOS SÓLIDOS	195
1. Lixo e resíduo	195
1.1. Conceito de resíduo sólido	196
2. A urbanização e o lixo urbano	196
2.1. Breve histórico	197
3. Natureza jurídica do lixo	198
3.1. O lixo como bem de consumo	199
4. Classificação dos resíduos sólidos	200
4.1. Resíduos hospitalares	201
4.2. Resíduos radioativos ou nucleares	201
4.3. Resíduos químicos	202
4.4. Resíduos comuns	202
5. Aspectos legais	202
6. Tipos de tratamento do resíduo urbano	204
6.1. Deposição	204
6.2. Aterragem	204
6.3. Aproveitamento energético dos aterros	204
6.4. Compostagem	205
6.5. Reaproveitamento energético de resíduos	205
6.5.1. Reaproveitamento energético direto	205
6.5.2. Reaproveitamento energético indireto	206
7. Causas agravantes do lixo urbano	206
7.1. Aumento de consumo	206
7.2. Produção de materiais artificiais	207
8. Importação e exportação de resíduos	207
Capítulo XIV — DIREITO DE ANTENA	209
1. Noções propedêuticas	209
2. Conceito	210

3. O espectro eletromagnético	211
4. Natureza jurídica do direito de antena	212
4.1. A utilização das ondas eletromagnéticas pelas rádios piratas	212
5. O direito de antena adaptado à transmissão da comunicação através do espectro eletromagnético	213
6. O direito de antena vinculado à captação da transmissão através do espectro eletromagnético	214
6.1. A defesa do consumidor	215
6.2. Participação do Estado Democrático de Direito	216

Capítulo XV — AGROTÓXICOS

1. Introdução	217
2. Agrotóxicos e a poluição	217
3. O tratamento jurídico dos agrotóxicos	218
3.1. Os agrotóxicos na Constituição Federal de 1988	218
3.2. A disciplina do Código de Defesa do Consumidor em relação aos agrotóxicos	218
3.3. Lei dos Agrotóxicos — Lei n. 7.802/89	219
4. Registro do produto agrotóxico e demais aspectos vinculados ao Decreto n. 4.074/2002	219

Capítulo XVI — POLUIÇÃO POR ATIVIDADES NUCLEARES

1. Conceito	221
2. Finalidades das atividades nucleares	221
3. Competência	222
4. Política nuclear na Constituição Federal	222
5. Conselho Nacional de Energia Nuclear — CNEN	223

Capítulo XVII — PATRIMÔNIO GENÉTICO

1. Noções preliminares	224
2. Patrimônio genético da pessoa humana e sua tutela jurídica	225
3. Patrimônio genético de outros seres vivos (espécime vegetal, fúngico, microbiano ou animal) e sua tutela jurídica	227

4. Breves comentários à Lei de Biossegurança — Lei n. 11.105, de 24 de março de 2005	228
Capítulo XVIII — MEIO AMBIENTE CULTURAL	238
1. Meio ambiente e patrimônio cultural	238
2. Conceito de patrimônio cultural	238
3. Natureza jurídica do patrimônio cultural	239
4. Competência sobre o patrimônio cultural	240
5. Tombamento ambiental	240
5.1. Conceito e características	240
5.2. Natureza jurídica	241
5.3. Classificação do tombamento ambiental	242
5.3.1. Quanto à origem da sua instituição	242
5.3.1.1. Instituído por lei	242
5.3.1.2. Por ato do Executivo	242
5.3.1.3. Por via jurisdicional	242
5.3.2. Quanto à eficácia	243
5.3.2.1. Provisório	243
5.3.2.2. Definitivo	243
5.3.3. Quanto ao bem a ser tombado	244
5.3.3.1. Bem público e bem difuso	244
5.3.3.2. Bem particular	244
6. Proteção internacional dos bens culturais	244
6.1. Procedimento para inscrição do bem na Lista do Patrimônio Cultural e Natural Mundial	245
6.2. Representatividade e universalidade da Lista do Patrimônio Cultural	246
6.3. Fundo para o Patrimônio Cultural e Natural Mundial	246
6.4. Tombamento pela Unesco?	247
6.5. O Brasil e os bens inscritos na Lista	247
7. Racismo	248
7.1. Conceito de raça	248
7.2. Origem e conceito	249
7.3. Tratamento constitucional	249

7.4. Meio ambiente e racismo	251
7.5. Previsões infraconstitucionais sobre o racismo	252
7.5.1. Histórico	252
7.5.2. Legislação aplicável	252
7.6. O racismo e a biotecnologia	254
8. Liberdade de crença e a tutela das religiões em face do meio ambiente cultural	255
8.1. Tutela da religião em face das culturas indígenas	258
8.2. Tutela da religião em face das culturas afro-brasileiras	259
8.3. Tutela da religião em face das culturas de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional: as igrejas cristãs	261
8.3.1. Tutela do catolicismo	261
8.3.2. Tutela do protestantismo (evangélicos)	264
9. Defesa das línguas brasileiras como bem ambiental em face do meio ambiente cultural	265
9.1. Origem das línguas e a língua portuguesa	265
9.2. Tutela jurídica das línguas brasileiras em face do meio ambiente cultural	266
9.2.1. A tutela jurídica das línguas indígenas brasileiras	266
9.2.2. A tutela jurídica da língua portuguesa brasileira	267
9.2.3. Tutela jurídica das línguas africanas em face das culturas afro-brasileiras	268
10. Tutela jurídica do desporto em face do meio ambiente cultural e o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei n. 10.671/2003)	269
10.1. Meio ambiente cultural e desporto	269
10.2. Desporto e lazer	271
10.3. Entidades de prática desportiva e os direitos do torcedor ..	273
Capítulo XIX — MEIO AMBIENTE ARTIFICIAL	274
1. Introdução	274
2. Objetivo da política de desenvolvimento urbano	275
2.1. Pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade	276
2.2. Garantia do bem-estar dos seus habitantes	277
3. Competência para a consecução dos objetivos de desenvolvimento da política urbana	277

4. Plano diretor	278
5. O Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001) como a mais importante legislação brasileira em matéria de tutela do meio ambiente artificial.....	279
5.1. Que é uma cidade? A cidade como bem ambiental	279
5.1.1. A tutela constitucional da cidade no âmbito do meio ambiente artificial	285
5.1.2. O Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001) como mais importante norma regulamentadora do meio ambiente artificial	286
5.1.3. A garantia do direito a cidades sustentáveis como diretriz geral vinculada aos objetivos da política urbana	289
5.1.3.1. Direito à terra urbana	290
5.1.3.2. Direito à moradia	291
5.1.3.3. Direito ao saneamento ambiental	292
5.1.3.4. Direito à infra-estrutura urbana	294
5.1.3.5. Direito ao transporte	295
5.1.3.6. Direito aos serviços públicos	295
5.1.3.7. Direito ao trabalho	296
5.1.3.8. Direito ao lazer	297
5.1.4. Considerações finais	297
5.2. Importância do Estatuto da Cidade para a denominada política urbana	298
5.3. Responsabilidade pela aplicação do Estatuto da Cidade	299
5.4. Instrumentos da política urbana destinados à tutela do meio ambiente artificial	299
5.5. Instrumentos de tutela do meio ambiente artificial em face de áreas urbanas não utilizadas ou não edificadas.....	300
5.6. Ação de Usucapião Ambiental Individual e Ação de Usucapião Ambiental Metaindividual: da usucapião especial de imóvel urbano	301
5.7. Meio ambiente artificial e concessão de uso em área pública ...	301
5.8. Direito de superfície em face do Estatuto da Cidade	302
5.9. Operações urbanas consorciadas em face do Estatuto da Cidade	302
5.10. Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) em face do meio ambiente artificial	303

5.11. O plano diretor como instrumento básico de tutela do meio ambiente artificial desenvolvido no Estatuto da Cidade	304
5.12. O Estatuto da Cidade vinculado aos Direitos Difusos e Coletivos: a ampliação da Lei n. 7.347/85 em decorrência do que estabelece a Lei n. 10.257/2001	307
5.13. Natureza jurídica da favela em face do meio ambiente artificial	308
Capítulo XX — ZONEAMENTO INDUSTRIAL E PARCELAMENTO DO SOLO	315
1. Introdução	315
2. Zonas de uso estritamente industrial	315
3. Zonas de uso predominantemente industrial	316
4. Zonas de uso diversificado	316
5. Zonas de reserva ambiental	317
6. Saturação das zonas industriais	317
7. Relocalização de indústrias	317
8. Parcelamento urbanístico do solo	318
8.1. Disciplina legislativa	319
8.2. Formas de parcelamento	319
8.2.1. Loteamento	319
8.2.2. Desmembramento	320
8.3. Aprovação do projeto de loteamento e desmembramento	320
8.4. Vedações ao parcelamento do solo	321
Capítulo XXI — MEIO AMBIENTE DO TRABALHO	322
1. Noções propedêuticas	322
2. Enfoque constitucional do meio ambiente do trabalho	323
3. Da segurança e saúde no trabalho	324
4. Conceito de trabalho	324
5. Embargo, interdição e greve	326
5.1. Considerações gerais	326
5.2. O princípio da prevenção e os instrumentos de proteção	326
5.3. Interdição e embargo	327
5.4. Greve ambiental	328

5.5. Competência da Justiça do Trabalho em face da defesa do meio ambiente do trabalho	328
Capítulo XXII — RECURSOS MINERAIS	330
1. Os recursos minerais como bens ambientais	330
2. A atividade econômica em face dos recursos minerais e seu controle em proveito da dignidade da pessoa humana: o Estudo Prévio de Impacto Ambiental	333
3. Operações econômicas de aproveitamento de jazidas e a lavra em face dos recursos minerais: a aplicação do Código de Minas (Decreto-lei n. 227/67) e da Lei n. 7.805/89	334
4. Pesquisa e lavra dos recursos minerais em terras indígenas	335
5. Participação do proprietário do solo nos resultados da lavra e a Lei n. 8.901/94	336
Capítulo XXIII — AUDITORIA AMBIENTAL NO DIREITO BRASILEIRO	337
1. Auditoria ambiental	337
2. Auditoria ambiental no Brasil: a ordem econômica em face dos bens ambientais	339
3. Auditoria ambiental em face das relações jurídicas de consumo: coletividade na condição organizada de fornecedora de bens ambientais e sua <i>performance</i>	340
4. Auditoria ambiental em face das relações jurídicas de consumo: o Estado fornecedor e sua <i>performance</i>	341
5. Algumas conclusões	342

Parte II

DO DIREITO PROCESSUAL

Capítulo I — OS DIREITOS METAINDIVIDUAIS E A NOVA ORDEM PROCEDIMENTAL — A JURISDIÇÃO CIVIL COLETIVA — A SEGURANÇA JURÍDICA	347
1. Introdução	347

2. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil	349
3. Princípios inerentes à jurisdição civil coletiva	349
3.1. Princípio do acesso à justiça na jurisdição civil coletiva	349
3.2. Princípio da igualdade na jurisdição civil coletiva	351
4. A jurisdição civil coletiva e a busca da efetividade do processo	352

Capítulo II — CONDIÇÕES E ELEMENTOS DA AÇÃO

1. Introdução	353
2. Condições da ação	353
2.1. Possibilidade jurídica do pedido	353
2.2. Interesse	354
2.3. Legitimidade das partes	354
2.3.1. Legitimidade extraordinária e substituição processual	356
3. Elementos da ação	357
3.1. Partes	357
3.2. Pedido	358
3.3. Causa de pedir	358

Capítulo III — ANÁLISE DE ALGUNS ASPECTOS PROCES- SUAIS GERAIS DA JURISDIÇÃO CIVIL COLETIVA

1. Legitimidade ativa	360
1.1. A legitimidade das associações civis	360
1.2. Natureza da legitimação ativa na jurisdição civil coletiva	361
1.3. A legitimidade do Ministério Público	362
2. Litisconsórcio entre os Ministérios Públicos	364
3. Legitimidade passiva	364
4. Desistência da ação	366
5. Intervenção de terceiros	366
6. Competência	368
7. Litispendência	369
8. Conexão e continência	370
9. Ônus da prova	371

9.1. Momento da inversão	372
10. Liminares	374
11. Tutela antecipada da lide	375
12. Tutela específica	375
13. Recursos	377
14. Coisa julgada	378
15. Liquidação coletiva e execução coletiva	379
16. O valor arrecadado na condenação e o seu destino para o fundo criado pelo art. 13 da Lei n. 7.347/85	380
16.1. Fundo federal	381
16.2. Fundos estaduais	384
17. Prescrição na ação coletiva ambiental	390
 Capítulo IV — AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL	 392
1. Noções propedêuticas	392
2. Breve histórico sobre a ação civil pública	393
3. Ação coletiva para a tutela dos direitos individuais homogêneos ...	393
4. Inquérito civil	395
5. Compromisso de ajustamento	396
5.1. Transação e compromisso de ajustamento de conduta	397
5.2. Homologação do compromisso de ajustamento	398
 Capítulo V — AÇÃO POPULAR AMBIENTAL	 399
1. Origens	399
2. Ação popular como instrumento de defesa vinculada a interesses difusos e sua evolução no ordenamento jurídico brasileiro	399
3. Objeto	401
4. Legitimidade ativa	402
5. Competência	404
6. Pressuposto de cabimento	404
7. Legitimidade passiva	405

Capítulo VI — MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO AMBIENTAL	406
1. Noções propedêuticas	406
2. Do mandado de segurança tradicional ao mandado de segurança coletivo	408
3. Do mandado de segurança e suas características	410
3.1. Mandado de segurança e mandado de segurança coletivo	410
3.2. O mandado de segurança coletivo e a legitimidade ativa	412
3.3. Partidos políticos, organizações sindicais, entidades de classe ou associações	414
3.4. Da cognição no mandado de segurança coletivo ambiental	416
3.5. O sujeito passivo do mandado de segurança ambiental	418
 Capítulo VII — MANDADO DE INJUNÇÃO AMBIENTAL ..	420
1. Introdução	420
2. Pressupostos materiais de cabimento do <i>writ</i>	420
2.1. Ausência de norma regulamentadora	420
2.2. Inviabilidade de exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas prescritas na norma	421
3. Objeto	422
4. Finalidade	423
5. Aplicabilidade e procedimento	424
6. Legitimidade ativa	426
7. Legitimidade passiva	427
8. Sentença em mandado de injunção	427

Parte III

DIREITO CRIMINAL AMBIENTAL

Capítulo I — DIREITO CRIMINAL CONSTITUCIONAL (CRIME, PENA E PRISÃO)	431
1. Fundamentos constitucionais do direito criminal	431

2. Fundamentos constitucionais do direito penal	431
2.1. Privação ou restrição da liberdade	432
2.2. Perda de bens	432
2.3. Multa	433
2.4. Prestação social alternativa.....	433
2.5. Suspensão ou interdição de direitos	434
2.6. Vedação de penas no direito constitucional em vigor	434
3. Fundamentos constitucionais da prisão	435

Capítulo II — DIREITO CRIMINAL AMBIENTAL E DIREITO PENAL AMBIENTAL

437

1. Fundamentos constitucionais do direito ambiental e a aplicação de sanções penais	437
1.1. Obediência aos fundamentos do Estado Democrático de Direito (art. 1º da CF)	437
1.2. Obediência aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (art. 3º da CF).....	438
1.3. Adequação ao direito criminal constitucional e ao direito penal constitucional como instrumentos de defesa da vida de brasileiros e estrangeiros residentes no País (art. 5º da CF).....	438
1.4. Adequação ao piso vital mínimo como valor fundamental a ser tutelado pelo direito criminal ambiental (art. 6º da CF)	438
1.5. Obediência e adequação ao direito ambiental constitucional (art. 225 da CF)	439
1.5.1. Condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitam os infratores a sanções penais (art. 225, § 3º, da CF)	440
1.5.2. Pessoas físicas e pessoas jurídicas são consideradas constitucionalmente infratoras diante da condição de poluidoras e estarão sujeitas a sanções penais (art. 225, § 3º, da CF)	441

Capítulo III — SANÇÕES PENAIS DERIVADAS DE CON- DUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE (LEI FEDERAL N. 9.605/98).....	443
1. Disposições gerais	443
2. Aplicação da pena	443
3. Inquérito civil no âmbito da Lei n. 9.605/98	444
4. Da ação e do processo penal	444
5. Dos crimes contra o meio ambiente	445
5.1. Dos crimes contra a fauna	445
5.2. Dos crimes contra a flora	446
5.3. Da poluição e outros crimes ambientais	447
5.4. A Justiça do Trabalho em face da Emenda Constitucional n. 45/2004 e a aplicação de sanções penais ambientais (Lei n. 9.605/98) no âmbito do meio ambiente do trabalho	447
5.4.1. Sanções penais derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei n. 9.605/98)	447
5.4.2. Da poluição e outros crimes ambientais: o art. 54 e os danos à saúde humana	450
5.4.3. Da poluição e outros crimes ambientais: o art. 54, § 2º, II, e a poluição atmosférica	451
5.4.4. Da poluição e outros crimes ambientais: o art. 56 e os produtos e substâncias tóxicas, perigosas ou nocivas à saúde	451
5.4.5. A Emenda Constitucional n. 45/2004 e a competência da Justiça do Trabalho visando sanções penais ambien- tais: o art. 114, I e IX, da Constituição Federal	452
5.5. Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural	454
5.6. Dos crimes contra a administração ambiental	455

Parte IV

TUTELA JURÍDICA DO ECOTURISMO NO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO

Capítulo I — O DIREITO AO LAZER VINCULADO AO ECOTURISMO	459
Capítulo II — O USO DOS BENS AMBIENTAIS EM PROVEITO DO ECOTURISMO	463
1. O uso do meio ambiente cultural em proveito do ecoturismo	463
1.1. Turismo religioso	464
1.2. Turismo gastronômico	467
1.3. Turismo histórico	470
1.4. Turismo arqueológico	472
2. O uso do meio ambiente artificial em proveito do ecoturismo	476
2.1. O uso do meio ambiente artificial vinculado às atividades esportivas	483
3. O turismo de saúde ou “turismo de cura” em face do direito ambiental brasileiro	484
4. O uso do meio ambiente natural em proveito do ecoturismo. O turismo de aventura	485
Capítulo III — O ECOTURISMO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA VINCULADA ÀS RELAÇÕES JURÍDICAS DE CONSUMO	492
1. Direitos e deveres dos fornecedores	492
2. Direitos e deveres do ecoturista	496

Parte V

AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL EM FACE DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO

Capítulo I — FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA	
---	--

AGROPECUÁRIA COMO ATIVIDADE ECONÔMICA: AGRICULTURA E PECUÁRIA E SUA TUTELA JURÍDICA ...	501
Capítulo II — A AGRICULTURA NO PLANO JURÍDICO AMBIENTAL EM FACE DO CONTROLE TERRITORIAL	509
1. A flora como recurso ambiental (bem ambiental) e sua tutela jurí- dica infraconstitucional (patrimônio genético, sementes e mudas) ...	512
2. Agricultura com o emprego de técnicas que comportem risco para o meio ambiente e agricultura orgânica	514
Capítulo III — PECUÁRIA NO PLANO JURÍDICO AM- BIENTAL EM FACE DO CONTROLE TERRITORIAL	517
1. A fauna como recurso ambiental (bem ambiental) e sua tutela jurídica infraconstitucional (patrimônio genético)	518
2. Pecuária com o emprego de técnicas que comportem risco para o meio ambiente e pecuária orgânica	519

Parte VI

DIREITO AMBIENTAL TRIBUTÁRIO

Capítulo I — DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO COMO INSTRUMENTO VINCULADO À TUTELA DOS BENS AMBIENTAIS	523
Capítulo II — SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO E SEUS PRINCÍPIOS GERAIS: A DIGNIDADE DA PES- SOA HUMANA COMO FUNDAMENTO DESTINADO A INTERPRETAR OS IMPOSTOS, AS TAXAS E A CON- TRIBUIÇÃO DE MELHORIA	525
<i>I — Bibliografia básica</i>	533
<i>II — Teses e dissertações</i>	536
1) Teses	536
2) Dissertações	536
<i>III — Bibliografia complementar</i>	544